



Curriculo dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA) Ensino Médio

Orientações para Elaboração dos Projetos Integradores



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação





GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

Curriculo dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA) Ensino Médio

Orientações para Elaboração dos Projetos Integradores



Gerência de Currículo da Educação Básica - GECEB

Orientações para Elaboração dos Projetos Integradores

Coordenação Geral

Aleide Cristina de Camargo

Wanderley Lopes Sebastião

Coordenadores das Áreas do Conhecimento Linguagens e Suas Tecnologias

Danilo Fernandes Sampaio de Souza

Matemática

Gabriel Luiz Santos Kachel

Ciências da Natureza e Suas Tecnologias

Júlio Cesar Souza Almeida

Ciências Humanas e sociais Aplicadas

João Evangelista de Sousa

Autores dos Itinerários Formativos de Aprofundamentos

Linguagens e Suas Tecnologias

Língua Portuguesa

Fernanda Maia Lyrio Maria

Eduarda Scarpat Mariana de

Castro Atallah **Língua**

Inglesa

Johan Wolfgang Honorato

Sérgio Belo Coutinho

Língua Espanhola

Monica Nadja Silva d'Almeida Caniçali

Arte

Inara Novaes Macedo Dianni

Pereira de Oliveira **Educação**

Física

Vinnicius Camargo de Souza Laurindo

Korine Cardoso Santana

Matemática e Suas

Tecnologias Mauricio de Oliveira

Celeri Organdi Mongin Rovetta

Rayane Salviano de Oliveira Silva

Willian Mantovani

Ciências da Natureza e Suas Tecnologias

Física

Ernani Vassoler Rodrigues

Farley Correia Sardinha

Química

Thaís Scardua Rangel Ester

Marques Miranda

Biologia

Vinícius Brito Lima

Bertha Nicolaevsky

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

História

Jorge Vinícius Monteiro

Vianna Giselly Rezende

Vieira Geografia

Monique Santiago de Carvalho

Elisabeth Bicalho do Amaral

Filosofia

Aline Eduardo

Machado Rene Pinto

da Vitória

Sociologia

Aldete Maria Xavier Rene

Carolino de Souza

PROJETO INTEGRADOR

O projeto integrador constitui-se como um instrumento pedagógico essencial no novo modelo de Ensino Médio definido pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, que estabelece as Diretrizes Nacionais para esta etapa da Educação Básica. Ele é concebido como uma forma de organização interdisciplinar e contextualizada do ensino, que articula teoria e prática e promove a integração entre os diferentes componentes curriculares, as áreas do conhecimento e as vivências sociais dos estudantes.

De acordo com o art. 2º, inciso X da Resolução, os projetos integradores são definidos como uma “forma de organização pedagógica que assegura o planejamento interdisciplinar das unidades temáticas, das sequências didáticas e das formas de sistematização e avaliação das aprendizagens, a partir da articulação e integração dos componentes curriculares das áreas de conhecimento”. A norma reforça que esses projetos devem priorizar processos colaborativos de trabalho e aprendizagem, mobilizando o pensamento crítico e a construção coletiva de soluções para desafios contemporâneos, além de promover o aprofundamento e a integração das aprendizagens da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos.

O art. 21 da Resolução aprofunda, ainda, o papel dos projetos integradores nos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFA), indicando que eles são o principal instrumento de conexão entre os conhecimentos teóricos e práticos. O texto determina que “os projetos integradores desenvolvidos nos Itinerários Formativos de Aprofundamento devem promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências [...] e proporcionar aos estudantes a oportunidade de consolidar e aprofundar seus conhecimentos, habilidades e práticas de forma integrada e contextualizada”. Assim, o projeto integrador se torna o eixo metodológico capaz de garantir a interdisciplinaridade e a aprendizagem significativa, vinculando o saber escolar à realidade sociocultural do estudante.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o projeto integrador busca desenvolver competências gerais como o pensamento crítico, a criatividade, a resolução de problemas e a autonomia intelectual. Ele ultrapassa a mera execução de tarefas pontuais, configurando-se como um processo investigativo e colaborativo, que envolve a problematização de temas, a pesquisa científica e a proposição de intervenções sociais ou tecnológicas — conforme prevê o § 2º do art. 21, ao mencionar que os projetos podem incluir “propostas de investigação científica e tecnológica, iniciativas de estudo com propostas de intervenção social, entre outras possibilidades”.

Do ponto de vista pedagógico, os projetos integradores favorecem a formação integral e integrada dos estudantes, articulando os aspectos cognitivos, éticos, sociais e afetivos da educação. Essa abordagem promove a autoria e o protagonismo juvenil, permitindo que o(a) estudante seja sujeito ativo na construção do conhecimento.

Além disso, os projetos integradores são instrumentos de avaliação formativa, conforme disposto no art. 12, inciso V da Resolução CNE/CEB nº 2/2024 que menciona os “projetos integradores, trabalhos colaborativos de autoria e projetos de intervenção social e comunitária” como estratégias válidas para reconhecer as singularidades e os diferentes modos de aprender dos estudantes. Essa orientação reforça que o processo avaliativo deve considerar não apenas o resultado, mas também o percurso de aprendizagem e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Logo, o projeto integrador, conforme regulamentado pela Resolução CNE/CEB nº 2/2024, representa uma estratégia estruturante para o Ensino Médio alinhada às demandas de uma educação mais contextualizada, crítica e humanizadora. Ele consolida o princípio da interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática, aproximando o currículo escolar da vida dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos capazes de intervir de forma ética e transformadora na sociedade.

Já a Resolução CNE/CEB nº 4, de 12 de maio de 2025 estabelece fundamentos pedagógicos e diretrizes estruturais que embasam e legitimam a implementação de projetos integradores no Ensino Médio. Esse documento defende que o currículo deve promover integração entre componentes, áreas do conhecimento e práticas pedagógicas. Esse princípio é exatamente o núcleo conceitual dos projetos integradores, que articulam diferentes saberes para resolver problemas, desenvolver pesquisas ou promover intervenções.

A resolução também destaca a necessidade de que o ensino seja planejado levando em conta objetivos comuns, coerência curricular e estratégias articuladas de ensino- aprendizagem. Isso se alinha diretamente com o funcionamento dos projetos integradores, que exigem: planejamento coletivo dos professores; definição de problemas, temas ou situações de aprendizagem; integração entre áreas ou componentes curriculares.

Projetos integradores têm como marca o protagonismo estudantil e o foco em aprendizagens significativas. A Resolução defende que o Ensino Médio deve promover autonomia, criticidade, participação ativa e construção de conhecimentos aplicados à realidade.

Projetos integradores são uma forma reconhecida de flexibilidade curricular e inovação dentro das diretrizes nacionais. Nesse sentido, a Resolução CNE/CEB nº 4/2025 reforça que o Ensino Médio deve permitir formas inovadoras de organização didático- pedagógica, o que inclui sequências didáticas integradas, unidades curriculares integradas e atividades coletivas articulando diversas áreas.

Em síntese, as Resoluções CNE/CEB nº 2/2024 e nº 4/2025 consolidam e legitimam o projeto integrador como eixo central do novo Ensino Médio, conferindo-lhe dupla fundamentação: a primeira estabelece suas diretrizes operacionais e avaliativas, enfatizando a interdisciplinaridade, a contextualização e o protagonismo estudantil; a segunda fornece os fundamentos pedagógicos e curriculares mais amplos, reforçando a necessidade de flexibilidade, inovação e integração entre componentes e áreas.

Orientações para Elaboração dos Projetos Integradores

1. Visão Geral e Princípios Orientadores

Um Projeto Integrador no contexto da Resolução CNE/CEB nº 2/2024 é uma forma de organização pedagógica interdisciplinar que articula componentes curriculares, Itinerários Formativos e a Formação Geral Básica (FGB), visando desenvolver competências, habilidades e atitudes a partir de problemas reais. A Resolução destaca os projetos integradores como estratégia para aprofundar, integrar e contextualizar aprendizagens.

1.1 Princípios Obrigatórios

- Interdisciplinaridade e articulação curricular: prioriza a integração entre áreas e componentes.
- Contextualização territorial e relevância social: interligar escola e território/lugar e trabalhar problemas reais.
- Formação integral e protagonismo estudantil: autonomia, pensamento crítico e Projeto de Vida.
- Avaliação formativa e diversificada: registro de evidências ao longo do desenvolvimento.
- Planejamento coletivo e gestão democrática: envolvimento de professores, gestão e comunidade.

2. Etapas do Projeto Integrador

1. Preparação institucional (pré-projeto).
2. Diagnóstico e escolha do tema.
3. Concepção e planejamento pedagógico.
4. Recursos necessários.
5. Definição de metodologia e cronograma.
6. Desenvolvimento/Implementação (execução).
7. Registro e monitoramento formativo.
8. Avaliação final e produto.

Etapa 1. Preparação institucional

Objetivo: garantir condições materiais, de gestão e participação comunitária para viabilizar o projeto, conforme determina a Resolução.

Ações:

- Reunião de gestão (direção + coordenação pedagógica) para aprovar a proposta inicial.

- Formação de um núcleo gestor do projeto: coordenador pedagógico, professores de diferentes componentes, representante de estudantes, representante da família/comunidade (se possível).
- Verificação de recursos: espaços (laboratórios, biblioteca), equipamentos, orçamento, parcerias locais. Documentar necessidades.

Etapa 2. Diagnóstico e escolha do tema

Objetivo: identificar problema ou tema significativo, pertinente ao território e ao currículo e fazer conexão com a realidade local promovendo a integração com os Itinerários e a Formação Geral Básica (FGB).

Ações:

- Levantamento de dados: mapear a realidade local (realizar entrevistas com a comunidade, pesquisar dados municipais e notícias locais, conversar com especialistas), levantamento de interesses dos estudantes (por meio de questionário ou roda de conversa).
- Seleção de temas: gerar lista com temas potenciais. Critérios de escolha: relevância social, possibilidade de integração curricular, recursos disponíveis e tempo.
- Deliberação democrática: votação ou consenso em assembleia de turma e o núcleo gestor. Deve envolver estudantes e professores.
- Exemplo de temas: poluição do rio local; mapear riscos de trânsito em redondezas; feira de economia solidária e consumo responsável; campanha de saúde mental na escola; museu virtual da memória local.

Etapa 3. Concepção e planejamento pedagógico

Objetivo: produzir o documento do projeto. Elaborar plano detalhado com objetivos de aprendizagem, competências, áreas envolvidas, produtos esperados, métodos, avaliação e cronograma.

Estrutura sugerida do Documento do Projeto: ver template (Anexo I).

Etapa 4. Recursos necessários

- Materiais: (Liste todos os recursos físicos e digitais)
- Humanos: (Professores, estudantes, parceiros)
- Financeiros: (Custos com materiais, transporte, eventos)

Etapa 5. Definição de metodologia e cronograma operacional

Metodologias sugeridas: investigação científica, intervenção social, projetos de extensão, oficinas, seminários, aprendizagem cooperativa, uso de mídias digitais.

Cronograma — modelo simples (3 meses):

- Semana 1: diagnóstico, formalização, levantamento bibliográfico e pergunta-problema.
- Semanas 2–4 (3 semanas): pesquisa aprofundada e ações práticas.
- Semanas 5–6: (2 semanas) sistematização de dados e protótipos ou relatórios.
- Semana 7: revisão, ensaio e preparação da exposição ou publicação.
- Semana 8: evento final (feira/seminário/exposição) e avaliação somativa.
- Semana 9: reflexão e registro final (portfólios).

Organização de papéis (exemplo):

- Coordenador do projeto (gestor/coordenação pedagógica) — supervisão geral.
- Professor(es) orientador(es) — mediação pedagógica por área
- Estudantes — pesquisadores, comunicadores, técnicos, produtores.
- Parceiros externos — apoio técnico e validação (se houver).

Ferramentas e recursos digitais: ambientes virtuais (portfólios digitais), Google Drive/Office 365, plataformas de apresentação, mídias sociais (com critérios éticos), planilhas de monitoramento.

Etapa 6. Desenvolvimento

Princípio: articular teoria e prática; privilegiar participação ativa dos(as) estudantes; professor atua como mediador.

Atividades típicas detalhadas:

- Oficinas temáticas (1–2h): trazer especialistas/recursos; registrar em relatórios.
- Investigação de campo: entrevistas, observação, coleta de dados (fotografias, medidas, questionários). Ex.: medir qualidade da água com kits simples.
- Aulas integradas: blocos onde conteúdos de diferentes disciplinas trabalham o mesmo subtema (ex.: cálculo de índices em Matemática; redação em Linguagens; leis ambientais em Ciências Humanas).
- Produção de artefatos: boletins, vídeos, protótipos, programas, aplicativos, campanhas, blogs.
- Laboratórios de prototipagem / maker: quando projeto envolve tecnologia.
- Atividades de mediação socioambiental: intervenção local (mutirão, campanha educativa).

Registro obrigatório: portfólio individual e coletivo com evidências (fotografias, relatórios, diários de campo, produções). A Resolução enfatiza documentação das evidências para avaliação.

Etapa 7. Monitoramento formativo (acompanhamento)

Como fazer:

- Reuniões quinzenais do núcleo gestor para acompanhar andamento.
- Relatórios de progresso por grupo (modelo: o que foi feito, dificuldades, próximos passos).
- Registros de aprendizagem: fichas de observação, autoavaliação dos estudantes, tutoriais.
- Intervenção pedagógica quando há estudantes em risco (apoios, reforço).

Instrumentos: planilha de acompanhamento, diário de campo dos professores, formulário de feedback dos estudantes.

Etapa 8 – O processo de Avaliação

Roteiro Explicativo da Rubrica de Avaliação dos Projetos Integradores dos Itinerários Formativos de Aprofundamento

1. Finalidade da rubrica

A presente rubrica tem como finalidade orientar a avaliação dos Projetos Integradores desenvolvidos no âmbito dos Itinerários Formativos de Aprofundamento — IFAs, assegurando critérios comuns, objetivos e transparentes para acompanhamento das aprendizagens dos estudantes.

O instrumento está organizado em três dimensões avaliativas: Qualidade da Pesquisa, Colaboração e Participação e Produto. Cada dimensão apresenta níveis de desempenho que permitem ao professor identificar o grau de desenvolvimento dos estudantes ao longo do processo e ao final do projeto.

2. Organização da avaliação

A avaliação está distribuída em três critérios principais		
Critério avaliado	Peso na nota no 2º trimestre	Peso na nota no 3º trimestre
Qualidade da Pesquisa	até 9 pontos	até 12 pontos
Colaboração e Participação	até 9 pontos	até 12 pontos
Produto	até 12 pontos	até 16 pontos
Total	até 30 pontos	até 40 pontos

A pontuação final do estudante ou grupo deve resultar da soma dos pontos obtidos em cada critério, conforme o nível de desempenho alcançado.

3. Níveis de desempenho

A rubrica utiliza quatro níveis de desempenho:

Avançado

Indica desempenho muito satisfatório. O estudante ou grupo demonstra domínio dos conteúdos, pesquisa consistente, participação ativa e produto bem elaborado.

Proficiente

Indica desempenho satisfatório. O estudante ou grupo atende aos objetivos principais, mas ainda apresenta algumas lacunas de aprofundamento, organização ou criatividade.

Básico

Indica desempenho parcial. O estudante ou grupo apresenta avanços, mas com limitações na pesquisa, na participação, na articulação interdisciplinar ou na qualidade do produto.

Abaixo do Básico

Indica desempenho insuficiente. O estudante ou grupo não atende adequadamente aos objetivos do projeto, apresentando fragilidades significativas ou ausência de evidências do processo de aprendizagem.

4. Orientações para aplicação da rubrica

A rubrica deve ser utilizada como instrumento de acompanhamento e avaliação do processo, e não apenas como ferramenta de atribuição de nota ao final do projeto.

Recomenda-se que os professores:

1. apresentem previamente a rubrica aos estudantes;
2. expliquem os critérios e níveis de desempenho;
3. utilizem a rubrica durante o desenvolvimento do projeto;
4. registrem evidências da participação e da produção dos estudantes;
5. considerem tanto o processo quanto o produto;
6. promovam devolutivas formativas ao longo do percurso;
7. utilizem a pontuação final de forma coerente com os registros realizados.

5. Uso pedagógico da rubrica

A rubrica contribui para tornar o processo avaliativo mais claro, justo e formativo. Ela permite que os estudantes compreendam o que se espera deles em cada etapa do projeto e possibilita aos professores acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens de forma mais objetiva.

Além disso, o instrumento favorece a integração entre os componentes curriculares, o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, o trabalho colaborativo e a construção de produtos que expressem os conhecimentos mobilizados ao longo dos Itinerários Formativos de Aprofundamento.

6. Síntese para os professores

A avaliação dos Projetos Integradores deve considerar três perguntas orientadoras:

1. A pesquisa realizada foi consistente, crítica e articulada ao tema do projeto?
2. Os estudantes participaram de forma colaborativa, responsável e respeitosa durante o processo?
3. O produto expressa os conhecimentos desenvolvidos e apresenta coerência com os objetivos do projeto?

A partir dessas perguntas, o professor poderá utilizar a rubrica para atribuir a pontuação correspondente ao desempenho dos estudantes em cada critério.

Proposta de Rubrica de Avaliação Para Projetos Integradores dos IFAs

1. Qualidade da Pesquisa (30% da nota)

Pesquisas: levantamento inicial de notícias recentes, reportagens e documentários, mapeamento, investigação, análise de reportagens e matérias jornalísticas, leitura e síntese de artigos acadêmicos, consulta a documentos oficiais, análise de documentários e vídeos educativos, pesquisa em sites, análise de mapas temáticos, mapeamento participativo com moradores, entrevistas semiestruturadas, registros diversos, visitas técnicas diversas, observação direta, estudos de conceitos-chave, análise comparativa de discursos, simulação, transcrição e análise de entrevistas, leitura de textos, coleta de dados, levantamento de legislações, experimentos, organização e análise de dados, estudos técnicos, rodas de conversa e outros.

Nível	Descrição	Pontuação do 2º trimestre	Pontuação do 3º trimestre
Avançado	Quando houver fontes variadas e pertinentes (dados oficiais, acadêmicos, entrevistas, mídia alternativa e outros). Articulação clara dos conceitos dos componentes envolvidos e realização de análise aprofundada e crítica, com uso de evidências locais (Incaper, IJSN, UFES).	9 pontos	12 pontos
Proficiente	Uso de fontes adequadas, mas com pouca variedade. Boa articulação interdisciplinar, mas com algumas lacunas conceituais. Análise consistente, mas pouco aprofundada em dados locais.	7 pontos	9 pontos
Básico	Fontes limitadas ou pouco pertinentes. Articulação disciplinar fraca. Análise superficial, com pouca relação com o contexto local.	5 pontos	6 pontos
Abaixo do básico	Fontes inadequadas ou ausentes. Falta de articulação entre as disciplinas. Análise ausente ou irrelevante.	2 pontos	3 pontos

2. Colaboração e Participação (30% da nota)

Participações: grupos de pesquisas, criação coletiva, produção colaborativa, debates e rodas de conversa, apresentação pública e outros.

Nível	Descrição	Pontuação do 2º trimestre	Pontuação do 3º trimestre
Avançado	Engajamento constante, contribuições relevantes em debates e atividades. Escuta ativa, empatia, capacidade de mediação e respeito às opiniões divergentes. Utilização de diário de campo completo e reflexivo.	9 pontos	12 pontos
Proficiente	Participação regular, com contribuições pertinentes. Boa interação no grupo, mas com momentos de passividade. Diário de campo presente, mas pouco detalhado.	7 pontos	9 pontos
Básico	Participação esporádica, pouca contribuição. Dificuldade em trabalhar em grupo ou em ouvir outras perspectivas. Diário de campo incompleto ou superficial.	5 pontos	6 pontos
Abaixo do básico	Participação nula ou incompatível com os objetos do projeto. Ausência de colaboração e respeito. Diário de campo não entregue ou irrelevante.	2 pontos	3 pontos

3. Produto (40% da nota)

Produtos: resumos, relatórios, painéis, linhas do tempo, murais, seminários, relatórios de visita técnica, esboços de soluções técnicas, tabelas, gráficos, infográficos, posters, vídeos, podcasts, cartilhas, maquetes, criação de jogos e aplicativos, projetos de lei, apresentações, feira de ciências, mostra interdisciplinar, portfólios digitais ou físicos, diários de campo, transcrições de entrevistas, exposições, perfis informativos em rede social, campanhas de conscientização, mapas conceituais, bancos de imagens, debates, apresentação oral, folhetim, editorial jornalístico e outros.

Nível	Descrição	Pontuação do 2º trimestre	Pontuação do 3º trimestre
	Produto coerente com os objetivos, bem organizado, criativo e tecnicamente consistente. Demonstra domínio dos		

Avançado	conteúdos, articulação interdisciplinar, clareza na comunicação e rigor técnico-científico na aplicação de conceitos e modelos, evidenciando o processo investigativo. As evidências articulam-se adequadamente às dimensões sociais, ambientais e éticas, assegurando eficácia na divulgação científica ao público-alvo.	12 pontos	16 pontos
Proficiente	Produto adequado aos objetivos, com boa organização e compreensão dos conteúdos. Apresenta articulação entre áreas, porém com menor aprofundamento crítico e/ou pouco criativo. Comunicação clara, com pequenas fragilidades.	9 pontos	12 pontos
Básico	Produto parcialmente alinhado aos objetivos, com organização limitada e superficialidade conceitual. Baixa integração interdisciplinar e comunicação pouco eficaz. Processo investigativo pouco evidente.	6 pontos	8 pontos
Abaixo do básico	Produto incompleto ou incoerente, sem clareza conceitual ou articulação com os objetivos. Comunicação inadequada e ausência de evidências do processo investigativo e de viabilidade das soluções apresentadas.	3 pontos	4 pontos

ANEXO I

SUGESTÃO DE TEMPLATE DO PROJETO INTEGRADOR.

PROJETO INTEGRADOR – VISÃO GERAL		
1. Identificação do projeto		
Título do projeto	Exemplo: “Águas do Nosso Rio: Análise e Conscientização”	
Tema problema	Exemplo: Poluição do rio local e seus impactos socioambientais	
Justificativa	Contextualize com dados locais, relevância social e articulação com o currículo	
Público beneficiado	Estudantes, professores, comunidade envolvida	
Período de realização	Exemplo: março a maio de 2026	
2. Equipe envolvida		
Função	Nome	Atribuição
Coordenador geral		
Professores orientadores		
Representantes dos estudantes		
3. Etapas do projeto		
Etapa 1. Preparação institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião com direção e coordenação pedagógica - Formação do núcleo gestor - Verificação de recursos (espaços, equipamentos, orçamento) - Definição de parcerias 	
Etapa 2. Diagnóstico e escolha do tema	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de dados locais - Pesquisa de interesses dos estudantes - Lista de temas potenciais - Deliberação democrática (assembleia com estudantes e professores) 	
Etapa 3. Concepção e planejamento pedagógico	<p>Áreas/Componentes Envolvidos: (Ex.: Ciências da Natureza e Matemática ou Linguagens e Ciências Humanas ou as quatro áreas)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Competências e Habilidades (BNCC): (Liste as competências gerais e específicas mobilizadas) - Objetivos de Aprendizagem: (O que os estudantes devem aprender?) - Produto Final Esperado: (Ex.: Relatório técnico, campanha educativa, protótipo de filtro) 	
Etapa 4. Recursos necessários	Materiais (recursos físicos e digitais); Humanos (professores, estudantes e parceiros); Financeiros (custos com materiais, transportes e eventos)	
Etapa 5. Metodologia e cronograma	Metodologia Adotada: (Ex.: Investigação científica, intervenção social, oficinas) - Cronograma detalhado: Semana Atividade Principal 1 Pesquisa bibliográfica e de campo 2-4 Oficinas temáticas e coleta de dados 5-6 Sistematização e produção do protótipo/relatório 7 Revisão e preparação para socialização 8 Evento final (feira/seminário) 9 Reflexão e registro final	
Etapa 6. Desenvolvimento/Execução	Atividades Realizadas: - (Liste com datas e responsáveis) Registros Obrigatórios: - (exemplo) Portfólio individual e coletivo, fotos, vídeos, relatórios, diários de campo	
Etapa 7. Monitoramento formativo	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões quinzenais do núcleo gestor - Relatórios de progresso por grupo - Autoavaliação dos estudantes - Ajustes pedagógicos conforme necessidades 	
Etapa 8. Avaliação e produto	<ul style="list-style-type: none"> - Considerar diferentes formas de avaliação: produto, portfólio/processo, apresentação pública, autoavaliação... (para o produto pode ser elaborada uma rubrica). 	

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

PROJETO INTEGRADOR – DETALHAMENTO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA			
Identificação do Itinerário Formativo de Aprofundamento			
Itinerário Formativo de Aprofundamento			
Componente			
Série			
Trimestre			
Eixo(s) Estruturante(s)			
Sistematização das aprendizagens que serão desenvolvidas pelo Projeto Integrador			
Habilidade(s) do IFA	Objeto(s) de conhecimento	Expectativa(s) de Aprendizagem	Tema(s) Integradores
Contextualização do projeto			
Desenvolvimento do projeto			
Etapa 1			
Principais habilidades do IFA desenvolvidas na etapa			
Descrição detalhada da etapa			
Etapa 2			
Principais habilidades do IFA desenvolvidas na etapa			
Descrição detalhada da etapa			
Etapa 3			
Principais habilidades do IFA desenvolvidas na etapa			
Descrição detalhada da etapa			
Avaliação da aprendizagem			
Referências			

Referências

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 14 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 21 de janeiro de 2025. Estabelece diretrizes operacionais para a organização curricular e pedagógica no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2025.